

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) RODRIGO REZENDE DORNELAS

**PROJEÇÃO ANFÍBIA:**

**Um instrumento do Estado para resposta a desastres**

Rio de Janeiro

2024

CC (FN) RODRIGO REZENDE DORNELAS

**PROJEÇÃO ANFÍBIA:**

**Um instrumento do Estado para resposta a desastres**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) RICCIARDI

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este projeto a todos os professores que me influenciaram na minha trajetória. Em especial ao meu orientador, com quem compartilhei minhas dúvidas a respeito do tema.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a todos que contribuíram para a conclusão desse trabalho acadêmico. Primeiramente, a Deus que me permitiu ter sabedoria para superar os desafios na honrosa tarefa de construção do conhecimento. À minha esposa e filhos pelos momentos de ausência mesmo presente. À minha mãe e ao meu pai (in memoriam), que sempre torceram pelo meu sucesso e minha vitória.

Ao CMG (FN) Ricardo Parreiras de Bragança Oneto Araujo, ao CC (FN) Renan Rodrigues Alves Campos e ao CT (FN) Luís Felipe Bassetto de Palma pela atenção dispensada de forma profissional e gentil. Por fim, agradeço a Escola de Guerra Naval, seus oficiais e praças, por me proporcionarem todo apoio necessário no crescimento profissional e intelectual.

Gratidão

A flexibilidade anfíbia é o maior recurso estratégico que uma Potência Marítima possui.

Sir Basil Henry Liddell Hart

## RESUMO

O objeto de pesquisa deste trabalho é a Projeção Anfíbia como um importante instrumento do Estado para resposta a desastres. Para explorarmos nosso objeto, realizamos o estudo de dois casos históricos: a Operação Unified Response, em que os Estados Unidos da América prestaram apoio ao Haiti após o terremoto de grande magnitude que causou graves consequências ao país caribenho em janeiro de 2010, e a Operação Abrigo pelo Mar, na qual a Marinha do Brasil assistiu o estado de São Paulo após os danos causados pelas fortes chuvas no litoral norte em fevereiro de 2023. A pesquisa documental e bibliográfica, aliada às entrevistas com oficiais do setor operativo da Marinha do Brasil, além da comparação entre os casos, permitiu-nos alcançar o objetivo desse trabalho: classificar a modalidade dos casos estudados e avaliar como o Conjugado Anfíbio, por meio de uma Operação Anfíbia, pode atuar em resposta a sinistros ou em ações humanitárias, particularmente na sua modalidade de Projeção Anfíbia. O estudo também apresentará sugestões de medidas para o aprimoramento da Marinha do Brasil no emprego do Conjugado Anfíbio em apoio à Defesa Civil ou em assistência humanitária.

**Palavras-chave:** Projeção Anfíbia. Conjugado Anfíbio. Resposta a Desastre. Defesa Civil.

## **ABSTRACT**

### **Amphibious Projection: a State instrument for disaster response**

The research object of this work is Amphibious Projection as an important State instrument for responding to disasters. To explore our objective, we studied two historical cases: Operation Unified Response, in which the United States of America provided support to Haiti after the large-magnitude earthquake that caused serious consequences to the Caribbean country in January 2010, and Operation Shelter by the Sea, in which the Brazilian Navy assisted the state of São Paulo after the damage caused by heavy rains on the north coast in February 2023. Documentary and bibliographical research, combined with interviews with officers from the operational sector of the Brazilian Navy, in addition to the comparison between cases, it allows us to achieve the objective of this work: classifying the modality of the cases studied and evaluating how the Amphibious Conjugate, through an Amphibious Operation, can act in response to disasters or in humanitarian actions, particularly in the modality Amphibious Projection. The study also presents suggestions for measures to improve the Brazilian Navy's use of the Amphibious Conjugate in support of Civil Defense or humanitarian assistance.

**Keywords:** Amphibious Projection. Amphibian Conjugate. Disaster Response. Civil Defense.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	- Aviation Combat Element
ARG	- Amphibious Ready Group
Banf	- Brigada Anfíbia
BATARG	- Bataan Amphibious Ready Group
CASC	- Componente de Apoio de Serviço ao Combate
CCA	- Componente de Combate Aéreo
CCmdo	- Componente de Comando
CCSM	- Centro de Comunicação Social da Marinha
CCT	- Componente de Combate Terrestre
CE	- Command Element
Cemaden	- Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de
Desastres Naturais	
CFN	- Corpo de Fuzileiros Navais
Cmt	- Comandante
DBM	- Doutrina Básica da Marinha
DSM	- Diretoria de Saúde da Marinha
EBI	- Exercício Binacional Integração
EDCG	- Embarcação de Desembarque de Carga Geral
END	- Estratégia Nacional de Defesa
ESF	- Expeditionary Strike Force
FDM	- Fundamentos Doutrinários da Marinha
FER	- Força de Emprego Rápido
GCE	- Ground Combat Element
GptOpFuzNav	- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
GptOpFuzNav-DefCiv	- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de
Apoio à Defesa Civil	
ElmAnf	- Elemento Anfíbio
EPE	- Equipe de Pronto Emprego
EUA	- Estados Unidos da América
ForTarAnf	- Força-Tarefa Anfíbia
FFE	- Força de Fuzileiros da Esquadra

GCC	- Geographics Combatants Commands
GT	- Grupo Tarefa
H Cmp	- Hospital de Campanha
Inmet	- Instituto Nacional de Meteorologia
JTF-H	- Joint Task Force-Haiti
LCE	- Logistic Combat Element
LHA	- Landing Helicopter Assault
LHD	- Landing Helicopter Dock
LPD	- Landing Plataform Dock
LSD	- Landing Ship Dock
MAGTF	- Marine Air-Ground Task Force
MB	- Marinha do Brasil
MEU	- Marine Expeditionary Unit
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas para Estabilização do
Haiti	
NAM	- Navio-Aeródromo Multipropósito
OpAnf	- Operação Anfíbia
Op Info	- Operação de Informação
ONG	- Organizações Não Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
SOUTHCOM	- Southern Command
UAnf	- Unidade Anfíbia
UMEM	- Unidade Médica Expedicionária da Marinha
USAID	- United States Agency for International Development
USMC	- United States Marine Corps

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA A SER PESQUISADO E OBJETO.....	13
<b>2 CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS.....</b>	<b>15</b>
2.1 A PROJEÇÃO DE PODER COMO TAREFA BÁSICA DO PODER NAVAL....	15
2.2 O GRUPAMENTO OPERATIVO DE FUZILEIROS NAVAIS E A FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO.....	17
2.3 OPERAÇÕES ANFÍBIAS NA MARINHA DO BRASIL.....	19
2.4 EMPREGO EXPEDICIONÁRIO DO UNITED STATES MARINE CORPS .....	21
2.5 OPERAÇÕES ANFÍBIAS NA DOUTRINA DO UNITED STATES MARINE CORPS.....	22
2.6 CONCLUSÃO PARCIAL.....	23
<b>3 A OPERAÇÃO UNIFIED RESPONSE E O EMPREGO DA FORÇA-TAREFA CONJUNTA NORTE-AMERICANA NO HAITI – 2010.....</b>	<b>24</b>
3.1 CONTEXTO DA OPERAÇÃO.....	24
3.2 ORGANIZAÇÃO E MEIOS DA JTF-H.....	25
3.3 TAREFAS REALIZADAS.....	25
3.4 CONCLUSÃO PARCIAL.....	27
<b>4 “OPERAÇÃO ABRIGO PELO MAR” - O EMPREGO DA MARINHA EM SOCORRO ÀS VÍTIMAS DAS FORTES CHUVAS NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO– 2023.....</b>	<b>29</b>
4.1 CONTEXTO DA OPERAÇÃO.....	29
4.2 ORGANIZAÇÃO E MEIOS EMPREGADOS.....	30
4.3 TAREFAS REALIZADAS.....	32
4.4 CONCLUSÃO PARCIAL.....	34
<b>5 COMPARAÇÃO ENTRE OS CASOS .....</b>	<b>35</b>
5.1 RESPOSTA A CONTINGÊNCIAS.....	35
5.2 MEIOS EMPREGADOS.....	36
5.3 O DESAFIO LOGÍSTICO.....	37
5.4 A RELAÇÃO COM A MÍDIA.....	38

5.5 A INTERAÇÃO COM OUTRAS AGÊNCIAS.....	39
5.6 CONCLUSÃO PARCIAL.....	40
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Forças militares têm sido frequentemente utilizadas para dar resposta a desastres ou à crises humanitárias, seja em território nacional ou no exterior. Nesta dissertação destacaremos a Operação Unified Response, apoio prestado pelos Estados Unidos da América (EUA) ao Haiti, em resposta ao desastre causado por um terremoto de grande magnitude, que trouxe graves consequências ao país em janeiro de 2010, e a Operação Abrigo pelo Mar, que foi uma ação da Marinha do Brasil (MB) para prestar assistência ao estado de São Paulo, que sofreu danos devido às fortes chuvas no litoral norte em fevereiro de 2023.

A capacidade de desdobrar meios rapidamente, somado ao grande suporte logístico, inerentes das forças militares, fazem delas ferramentas do Estado que podem ser utilizadas em assistência às vítimas e no reestabelecimento dos serviços básicos, particularmente nos momentos iniciais de resposta a um desastre.

As características do Poder Naval, comuns às Marinhas, destacadas nos Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM), em suma, são:

- Mobilidade, a capacidade de se deslocar prontamente e por grandes distâncias;
- Permanência, a capacidade de operar prontamente e por longos períodos;
- Versatilidade, a capacidade de realizar uma ampla gama de tarefas; e a
- Flexibilidade, a capacidade de se organizar em função da missão (Brasil, 2023b).

Tais características fazem das Marinhas instrumentos relevantes na resposta a crises, particularmente em regiões litorâneas. Cabe destacar que o Brasil possui 10,9 mil quilômetros de litoral, com 279 municípios defrontantes ao mar, tornando alta a possibilidade de uma ação da Marinha do Brasil em apoio à Defesa Civil no caso de um desastre (Agência Brasil, 2021)

Em 2014, a Doutrina Básica da Marinha (DBM), introduziu uma atualização doutrinária, na qual admitia-se que uma Operação Anfíbia (OpAnf) poderia ser realizada a fim de cumprir missões com uso limitado da força, ou mesmo, sem o uso da força, caracterizando-as como atividades benignas. Com isso, definiu-se uma nova modalidade de Operação Anfíbia, que seria nomeada como Projeção Anfíbia, com a capacidade inerente de prevenir conflitos e de distender crises de variada natureza, inclusive resposta a desastres naturais e ajuda humanitária (Ferreira, 2014). Em 2017,

ocorreu uma nova atualização na doutrina da MB e a Doutrina Militar Naval admite que uma OpAnf pode ocorrer em ambiente permissivo, consolidando dessa forma a Projeção Anfíbia como a modalidade utilizada nesse ambiente (Brasil, 2017a).

## 1.1 PROBLEMA A SER PESQUISADO E OBJETO

Essa dissertação tem a proposta de responder à seguinte questão:

A Operação Unified Response e a Operação Abrigo pelo Mar podem ser consideradas como Operações Anfíbias e ambas podem ser classificadas na modalidade de Projeção Anfíbia?

Para tanto, foi realizada a análise de dois casos, a Operação Unified Response e da Operação Abrigo pelo Mar com base na doutrina da Marinha do Brasil.

À medida que exploramos mais a fundo o problema proposto, percebemos a necessidade de focar no seguinte objeto de estudo: “a Projeção Anfíbia como um importante instrumento do Estado para resposta a desastres.” Para explorarmos nosso objeto faremos uma comparação entre dois casos reais, a Operação Unified Response no ano de 2010 e a Operação Abrigo pelo Mar no ano de 2023, sob a ótica doutrinária da Marinha do Brasil, mas traremos também a visão doutrinária dos EUA. Delimitamos o estudo ao período das duas operações já citadas, apoio ao Haiti em 2010 e do litoral norte paulista em 2023.

A metodologia de trabalho incluirá pesquisa documental e bibliográfica, combinada com observação direta. No contexto nacional, serão realizadas entrevistas com oficiais do setor operativo da MB que participaram da Operação Abrigo pelo Mar. A partir dessas informações, será utilizado o método dedutivo, associado ao comparativo, para relacionar as semelhanças e as diferenças entre os dois casos históricos estudados. A fim de desenvolver nosso raciocínio, essa dissertação estará dividida em seis capítulos como será detalhado a seguir.

Essa breve introdução abordando uma visão geral do estudo proposto, seguido de um capítulo apresentando os aspectos teóricos do assunto, especificamente as considerações doutrinárias e os conceitos utilizados, com foco na Marinha do Brasil, mas apresentando também aspectos doutrinários dos United States Marine Corps (USMC), o terceiro capítulo trará o caso histórico de emprego expedicionário de militares dos Estados Unidos da América, particularmente, o USMC, em resposta ao

terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010, o quarto capítulo detalhará o caso de emprego da Marinha do Brasil, por meio da Operação Abrigo pelo Mar em resposta ao desastre natural ocorrido no litoral norte de São Paulo em fevereiro de 2023. O quinto capítulo comparará os dois casos históricos e buscará suas similaridades e singularidades, além de buscar extrair lições para o futuro e identificar a modalidade de Operação Anfíbia empregada em cada caso.

Por fim, o capítulo final discutirá as conclusões derivadas dos dados apresentados e da comparação realizada, respondendo à pergunta inicialmente proposta e sugerindo medidas específicas para a Marinha do Brasil relacionadas ao tema.

## 2 CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS

No presente capítulo vamos analisar os conceitos à luz da doutrina da Marinha do Brasil e do United States Marine Corps, que nos conduzirão às Operações Anfíbias, e sua recente evolução, particularmente na modalidade Projeção Anfíbia e que serão importantes para o entendimento do trabalho.

Durante a II Guerra Mundial houve uma aproximação entre a MB e a Marinha dos Estados Unidos da América. Ainda nesse conflito, foi grande a repercussão dos vitoriosos assaltos anfíbios dos aliados no Atlântico e no Pacífico, o que levou o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil a adotar a doutrina desenvolvida pelo USMC nos anos posteriores à guerra. Nesse sentido, foram realizados cursos, visitas e estágios no USMC, além da introdução do assunto nos currículos dos cursos de carreira. Com o passar do tempo, em virtude da diferença da dimensão entre os dois Corpos de Fuzileiros Navais, da diferença tecnológica, do fim do acordo militar Brasil-EUA<sup>1</sup>, da diferença entre as ameaças aos interesses do Brasil e dos EUA, além das necessidades políticas específicas de cada país, fez-se necessário que o CFN buscasse gradativamente formular sua própria doutrina (Monteiro, 2010).

Atualmente, apesar de ainda guardar alguma similaridade, as doutrinas do CFN e do USMC são diferentes, na qual nossa doutrina é fruto das lições aprendidas com nossa própria experiência.

### 2.1 A PROJEÇÃO DE PODER COMO TAREFA BÁSICA DO PODER NAVAL

O Poder Naval é formado pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, de suas estruturas de comando e controle, de logística e administração, contando ainda, com as infraestruturas de apoio. Uma das tarefas básicas do poder naval é a de projetar poder, que pode ser executada por meio de operações e ações que

---

<sup>1</sup> Acordo assinado em 15 de março de 1952 pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, estabeleceu basicamente o fornecimento de material norte-americano para as Forças Armadas brasileiras em troca de minerais estratégicos. Foi denunciado em 11 de março de 1977 pelo governo do presidente Ernesto Geisel, deixando de vigorar um ano depois (Brasil, 1977).

congregam capacidades e que têm por objetivo a projeção das Expressões do Poder Nacional<sup>2</sup> por meio do poder naval em território estrangeiro ou nacional (Brasil, 2023b).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Marinha do Brasil, a fim de assegurar sua capacidade de projeção de poder, deve possuir meios de Fuzileiros Navais em permanente condição de emprego. Ainda segundo a END: “O Corpo de Fuzileiros Navais, força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência, constitui-se em parcela do Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil” (Brasil, 2020d, p 50).

Portanto, a END descreve duas características que são norteadoras para o CFN, o de ser uma força de caráter anfíbio e expedicionário. O fuzileiro naval deve estar adaptado à vida de bordo e ao combate no terreno, os meios do CFN devem ser apropriados ao embarque nos meios navais e ao posterior desembarque em terra, concedendo ao fuzileiro naval o caráter anfíbio que o distingue de outras tropas.

Para esse trabalho consideraremos o seguinte conceito para a força expedicionária:

Força de pronto-emprego, autossustentável e adequadamente aprestada, com estrutura conjunta ou singular, organizada para cumprir missão por tempo limitado, sob condições austeras e em área operacional distante de sua base. (Brasil, 2015, p.123).

O Corpo de Fuzileiros Navais já demonstrou seu caráter expedicionário, por exemplo, no envio de tropas para a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Segundo o Contra-Almirante Fuzileiro Naval, José Luiz Corrêa da Silva:

Digno de nota foi o cumprimento do prazo, pela FFE<sup>3</sup>, de 48 horas para o embarque de tropa, equipamentos e material para a montagem de uma base em solo haitiano, que conferisse permanência às ações dos Fuzileiros Navais que aterrissaram pela primeira vez em Porto Príncipe, bem como dos que os sucederiam nessa missão de paz [...] (Silva, 2014, p. 13).

A MINUSTAH foi uma missão que perdurou de 2004 a 2017. Ela foi uma Operação de Manutenção da Paz, na qual o Brasil, desde o início, esteve à frente do componente militar, com a participação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica,

---

<sup>2</sup> Poder Nacional é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, consoante com a vontade nacional. Manifesta-se em cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica (Brasil, 2023b).

<sup>3</sup> FFE: Força de Fuzileiros da Esquadra - Força constituída de unidades das diversas armas e serviços do Corpo de Fuzileiros Navais destinada a fornecer unidades para a realização de operações anfíbias, ribeirinhas e especiais.

além do apoio de tropas de outros países. Tal missão estará presente em um estudo de caso desse trabalho.

Após tratarmos das características que conformam o perfil operacional do CFN com base no exposto na END, passaremos a analisar o conjugado anfíbio, do qual a tropa de Fuzileiros Navais é uma parcela.

O conjugado anfíbio, consiste em uma Força Naval, com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) embarcado juntamente com meios aeronavais adjudicados e em condições de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do poder naval (Brasil, 2020a).

O GptOpFuzNav consiste em uma organização para o combate nucleado por tropa de Fuzileiros Navais, constituída para cumprir missões específicas e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes. Esse modelo confere flexibilidade ao comandante, pois combina as capacidades dos meios de combate terrestre, aéreo e logístico integrado (Brasil, 2020a).

Por conseguinte, a combinação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, aliadas às suas prontidões operativas, seu alcance e sua permanência estratégica e à mobilidade tática, formam o conjugado anfíbio que confere capacidade expedicionária ao Poder Naval, contribuindo para os propósitos constitucionais e legais da Marinha do Brasil<sup>4</sup>, tanto em situações de crises e conflito como em situações de paz, podendo cumprir tarefas de apoio às operações Humanitárias e de Apoio à Defesa Civil. Esse último será analisado nos próximos capítulos por meio de um estudo de caso.

## 2.2 O GRUPAMENTO OPERATIVO DE FUZILEIROS NAVAIS E A FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO

Passemos a compreender, de forma mais detalhada, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, que é normalmente composto por seu Comandante (Cmt), Chefe

---

<sup>4</sup> Os propósitos da MB decorrentes do arcabouço legal são: Defesa da Pátria; Garantia dos Poderes Constitucionais; Garantia da Lei e da Ordem; Apoio à Política Externa; Cooperar com o Desenvolvimento Nacional; Cooperar com a Defesa Civil; Atuar contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais; Zelar pela Segurança Pessoal das Autoridades Nacionais e Estrangeiras em Missões Oficiais; Participar em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; Orientar e Controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à Defesa Nacional; Prover a Segurança da Navegação Aquaviária e Contribuir para a Formulação e Condução de Políticas Nacionais que digam respeito ao Mar (Brasil 2023b).

do Estado-Maior, pelos Componentes de Comando (CCmdo), de Combate Terrestre (CCT) de Combate Aéreo, e de Apoio de Serviço ao Combate (CASC) (Brasil, 2020a).

O CCmdo é personificado pelo Cmt e seu Estado-Maior Geral e Especial, organizados em diversos Centros de Coordenação e de Controle. É o responsável pelas ligações externas do Grupamento, seja com o Comando Superior, com forças amigas ou com organizações não militares (Brasil, 2020a).

O CCT concentra os meios de combate e de apoio ao combate, destinados a realizar tarefas tais como: controle de áreas terrestres, destruição do inimigo, da conquista e de manutenção de terreno (Brasil, 2020a).

O CCA concentra e coordena o emprego de meios para o apoio aéreo, o controle aerotático e a defesa antiaérea do GptOpFuznav, além de ser o responsável pelo apoio logístico de aviação (Brasil, 2020a).

O CASC é o responsável pelo apoio logístico até à Instalação Logística Sumária dos demais componentes (Brasil, 2020a).

Para se obter o tipo de GptOpFuzNav devemos considerar o vulto do componente que é considerado o esforço principal. Sendo assim, podemos ter um Elemento Anfíbio, uma Unidade Anfíbia ou uma Brigada Anfíbia, conforme especificado abaixo:

- Elemento Anfíbio (ElmAnf): possui componentes com valor de no máximo uma Companhia de Fuzileiros Navais e a capacidade média de durar na ação por cinco dias sem reabastecimento, por ter a possibilidade de ser integralmente transportado pelos meios navais ou ser aerotransportado. Ele deve ser aprestado e dimensionado para o emprego rápido;

- Unidade Anfíbia (UAnf): possui pelo menos um dos componentes no valor Batalhão, e capacidade de durar na ação por dez dias sem reabastecimento, por ter a possibilidade de ser integralmente transportada pelos meios navais. Deve ser aprestada e dimensionada para emprego rápido e resposta à crise; e

- Brigada Anfíbia (BAnf): possui, pelo menos, um dos componentes integrados por dois ou mais elementos valor Batalhão e capacidade de durar na ação por até trinta dias sem reabastecimento, sua ativação demanda esforço extra para mobilização, deslocamento e ressuprimento (Brasil, 2020a).

Uma das características de um GptOpFuzNav é a expansibilidade, podendo ser expandido e reduzido. Logo, pode operar de forma escalonada, um ElmAnf pode ser empregado rapidamente como escalão avançado de uma UAnf, já contendo

elementos de comando e controle atinentes a uma UANF, que será posteriormente enviada aumentando gradativamente o GptOpFuzNav (Brasil, 2020a).

A Força de Fuzileiros da Esquadra mantém em prontidão um GptOpFuzNav valor UAnf. Nesse sentido, cabe a seus militares estarem prontos, conforme citado pelo Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval Luigi Company:

Todos os Fuzileiros Navais sabem que, a qualquer momento, servindo em uma das OM da Força de Fuzileiros da Esquadra, como integrantes da Força de Emprego Rápido (FER), responsável pela primeira resposta a crises dentro e fora do Brasil, podem ser chamados a embarcar e deverão estar prontos para cumprir as missões no amplo espectro de operações militares [...] (Company, 2019 p. 57).

A Força de Emprego Rápido foi ativada e enviada em diversas oportunidades. Por exemplo, em 2018, foi enviada para o Porto de Santos, a fim de garantir a continuidade dos serviços portuários durante a greve dos caminhoneiros (Company, 2019).

A Esquadra, similarmente, mantém em prontidão meios navais, embarcações de desembarque e aeronaves compatíveis com o embarque do GptOpFuzNav, configurando, dessa forma, o conjugado anfíbio.

Logo, o aspecto expedito e tempestivo com o qual o conjugado anfíbio pode ser posto em ação, o torna a principal ferramenta para o emprego rápido da força, propício para resposta a crises.

## 2.3 OPERAÇÕES ANFÍBIAS NA MARINHA DO BRASIL

Durante a Guerra Fria, a escalada da capacidade militar dos polos antagonistas tornou as operações de guerra naval o foco das doutrinas das marinhas. As Operações Anfíbias, doutrinariamente, seriam lançadas contra o litoral hostil ou potencialmente hostil. Considerávamos o seguinte conceito para OpAnf até 2017:

A OpAnf é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil ou potencialmente hostil, com o efeito desejado de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas (Ferreira, 2014, p.10).

Essa definição nos atendeu até os anos 2000. No entanto, com as mudanças no cenário mundial e a ascensão das novas ameaças, cada vez mais difíceis de serem

identificadas e executadas por agentes não estatais, tais como o terrorismo e a pirataria, tornou-se necessário a inclusão do desembarque sobre região litorânea permissiva, a fim de abranger todo o espectro do uso da força. Tal inclusão ocorreu com a atualização da nossa Doutrina Militar Naval (DMN) em 2017.

Até 2014 considerávamos quatro modalidades de Operações Anfíbias em nossa doutrina, quais sejam:

- Assalto Anfíbio: que se refere a um ataque lançado do mar para, mediante um desembarque, estabelecer uma ForDbq em terra;

- Incursão Anfíbia: compreende uma rápida penetração ou a ocupação temporária de um objetivo em região litorânea hostil, ou potencialmente hostil, seguida de uma retirada planejada;

- Demonstração Anfíbia: compreende a aproximação ao território inimigo por forças navais, inclusive com meios que caracterizam uma OpAnf, sem o efetivo desembarque de tropas; e

- Retirada Anfíbia: consiste na retirada ordenada e coordenada de forças de uma região litorânea hostil ou potencialmente hostil, por meio de navios, embarcações ou aeronaves embarcadas (Ferreira, 2014).

Em 2014, a MB passou a considerar um quinto tipo de OpAnf, com a denominação de Projeção Anfíbia, buscando abranger toda a amplitude do uso da força, similar ao que ocorreu com a inclusão do desembarque em litoral permissivo. Assim, este passou a abarcar os conflitos de baixa intensidade, respostas militares antecipadas e outras operações relacionadas (Ferreira, 2014).

A atual definição da Doutrina Militar Naval é a seguinte:

A projeção anfíbia utiliza-se das capacidades intrínsecas do conjugado anfíbio para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises. É, também, apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC), operações de apoio a uma Força de Paz, resposta a desastres ambientais e operação humanitária (Brasil, 2017a, cap.3, p. 7).

A Projeção Anfíbia amplia as capacidades do Poder Naval ao flexibilizar o emprego das Operações Anfíbias, buscando conciliar as OpAnf às demandas do mundo contemporâneo. São, portanto, ferramenta para distender crises, realizar

operações humanitárias, respostas a desastres ambientais, apoio à defesa civil, entre outras (Brasil, 2021a).

## 2.4 EMPREGO EXPEDICIONÁRIO DO UNITED STATES MARINE CORPS

Os Comandos Conjuntos dos Estados Unidos da América vêm apresentando, ao longo das últimas décadas, grande demanda por forças anfíbias em prontidão, com a capacidade de intervir por meio da dissuasão e rápida resposta em situação de crise em suas áreas de interesse ao redor do mundo. Passaremos, a seguir, a analisar no presente tópico a visão doutrinária dos EUA sobre a projeção de poder.

A principal ferramenta para o emprego expedicionário do USMC é a Marine Expeditionary Unit (MEU). A MEU é nucleada por um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais reforçado por todos os apoios necessários, incluindo aviação, formando assim a Marine Air-Ground Task Force (MAGTF) (Araujo, 2021).

Nesse contexto, trata-se de uma força expedicionária em prontidão, particularmente indicada para desempenhar a função de prevenir conflitos, mitigar crises e realizar contingências limitadas.

Para que sejam configurados os conjugados anfíbios os Geographics Combatants Commands (GCC) receberão as Forças Navais e poderão constituir dois tipos de estrutura, conforme a seguir:

- Amphibius Ready Group (ARG/MEU): Grupo-Tarefa composto por três navios anfíbios<sup>5</sup> e a MAGTF; e

- Expeditionary Strike Force (ESF): Grupo-Tarefa composto por três navios anfíbios, pela MAGTF, por navios escolta, submarinos e navios de apoio (Araujo, 2021).

As forças navais devem estar aptas para realizar operações descentralizadas e de pequena envergadura, mantendo a capacidade de se organizar e atuar em operações de larga envergadura. Dessa forma, as MEU possibilitam aos EUA a capacidade de projetar poder em resposta às crises localizadas ao redor do mundo. Das diversas tarefas prevista para a MEU, podemos destacar a incursão anfíbia, a

---

<sup>5</sup> O ARG é composto pelas seguintes classes de navios: 1-Landing Helicopter Assault (LHA) Classe AMERICA ou Landing Helicopter Dock (LHD) Classe WASP; 2- Landing Platform Dock (LPD) Classe SAN ANTONIO; Landing Ship Dock (LSD) Classes WHIDBEY ISLAND ou HARER'S FERRY (Araujo, 2021).

evacuação de não-combatentes, o assalto anfíbio e as operações humanitárias (Araujo, 2021).

## 2.5 OPERAÇÕES ANFÍBIAS NA DOCTRINA DO UNITED STATES MARINE CORPS

Em 2009, a doutrina conjunta dos EUA apresentava em sua publicação, Joint Publication 3-02, Joint Doctrine for Amphibious Operations, as operações anfíbias categorizadas em cinco tipos, conforme abaixo:

- Assalto Anfíbio: tipo de operação anfíbia que envolve o estabelecimento de uma Força de Desembarque em costa hostil ou potencialmente hostil;
- Incursão Anfíbia: tipo de operação anfíbia envolvendo rápida penetração ou ocupação temporária de um objetivo, seguida de retirada planejada;
- Demonstração Anfíbia: tipo de operação anfíbia conduzida com o propósito de iludir o inimigo por meio de presença, fazendo com que o inimigo adote uma ação que lhe seja desfavorável;
- Retirada Anfíbia: tipo de operação anfíbia que envolve extração de forças por mar em navios, ou outros meios de desembarque em costa hostil, ou potencialmente hostil; e
- Outras Operações Anfíbias: esse tipo de operação anfíbia contribui para prevenir conflitos ou mitigar crises. Dentre as diversas modalidades, incluem-se operações de assistência humanitária, operações de paz, operações de retomada ou resposta a desastres ambientais (United States, 2009).

Essa publicação foi revisada e, na edição lançada em 2014, a expressão “Outras Operações Anfíbias” deu lugar a “Engajamento Anfíbio e Reação a Crises”. Além da nova expressão, mais detalhes, informações e aspectos relevantes relacionados à operação foram incluídos na discussão (United States, 2014).

A edição atual lançada em 2019 mantém o que foi revisado em 2014.

Nas últimas décadas, podemos destacar as seguintes Operações conduzidas pelos EUA, que podem ser classificadas como Engajamento Anfíbio e Reação a Crises com ênfase nas atividades benignas: Operação Unified Assistance em resposta ao tsunami no Oceano Índico em 2004; a Operação Sea Angel II em resposta ao

ciclone que atingiu o Bangladesh em 2007; e a Operação Unified Response, em resposta ao terremoto no Haiti em 2010 (Davis, 2023, Jimenez, 2007).

## 2.6 CONCLUSÃO PARCIAL

Notamos que, para assegurar o previsto em nossa Estratégia Nacional de Defesa, o CFN deve se consolidar como força de caráter anfíbio e expedicionário, para isso deve buscar intensamente o contato com o mar.

Os EUA a fim de manter a estabilidade em suas áreas de interesse ao redor do mundo mantém o USMC como principal ferramenta para o emprego expedicionário.

As mudanças ocorridas no sistema internacional, com o fim da bipolaridade, quando a percepção das ameaças era clara e havia uma premente necessidade de se construir um Poder Naval forte, deram lugar ao surgimento de crises que variavam tanto em intensidade quanto em localização, provocaram a modernização das OpAnf, tanto no Brasil como nos EUA (Ferreira, 2014, Gavião, 2010).

Ambos tiveram seu desenvolvimento doutrinário alicerçado na característica do Poder Naval de versatilidade, buscando ampliar suas possibilidades de emprego, adicionando uma modalidade, a Projeção Anfíbia, no Brasil, e o Engajamento Anfíbio e Reação a Crises, nos EUA, com conceitos similares (Ferreira, 2014).

A Projeção Anfíbia permite ao Poder Naval projetar poder, em todo o amplo espectro das operações militares, muitas vezes em situações pouco bélicas e em ambientes permissivos, podendo ser instrumento do Poder Naval nas Operações Humanitárias e de Apoio a Defesa Civil, contribuindo para o cumprimento das tarefas impostas pelo poder político (Brasil, 2021a).

### 3 A OPERAÇÃO UNIFIED RESPONSE E O EMPREGO DA FORÇA-TAREFA CONJUNTA NORTE-AMERICANA NO HAITI-2010

Com base nos conceitos doutrinários anteriormente apresentados, analisaremos nesse capítulo um caso histórico de emprego expedicionário de militares dos EUA, particularmente, o USMC, em resposta ao terremoto que atingiu o Haiti no ano de 2010. Abordaremos o contexto da operação, a organização e os meios empregados, além das principais tarefas realizadas.

#### 3.1 CONTEXTO DA OPERAÇÃO

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti sofreu as consequências de um terremoto de grande magnitude. Esse evento desencadeou um grande esforço militar nos EUA, a fim de realizar uma Operação Humanitária fora de seu território. Por se tratar de um país insular, a capacidade expedicionária se mostraria essencial para a rápida reação dos norte-americanos ao desastre (Silva Júnior, 2022).

O terremoto destruiu vastas áreas da capital do país, Porto Príncipe, bem como várias comunidades em suas imediações, resultou na morte estimada de 230 mil pessoas, além de milhares de feridos sob os escombros e aproximadamente dois milhões de desabrigados (United States, 2010). O Palácio Governamental, a Catedral de Porto Príncipe, a maioria dos hospitais e o Quartel-General da missão de paz da ONU no país (MINUSTAH) foram destruídos, o que provocou a morte de funcionários civis e militares, dos quais 21 eram brasileiros (Silva Júnior, 2022).

Horas após o tremor, o presidente do Haiti, senhor René Préval enviou ministros à embaixada dos EUA solicitando assistência. Foi decidido pelos EUA que o Southern Command (SOUTHCOM)<sup>6</sup> ativaria uma Joint Task Force-Haiti<sup>7</sup> (JTF-H) que seria empregada em uma operação humanitária, denominada, “Unified Response<sup>8</sup>” em coordenação com a MINUSTAH, cujo componente militar já estava no terreno e atuava em ações de segurança. Essa Operação duraria quase cinco meses e envolveria 22 mil militares, 58 aeronaves e 23 navios (United States,2010).

---

<sup>6</sup> Comando Militar do Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos da América situado na Flórida. É responsável pelos planos de contingência, operações e cooperação de segurança em sua Área de Responsabilidade, a qual abrange América Central, América do Sul e Caribe.

<sup>7</sup> Força Tarefa Conjunta-Haiti (tradução nossa).

<sup>8</sup> Operação Resposta Unificada (tradução nossa).

### 3.2 ORGANIZAÇÃO E MEIOS DA JTF-H

A JTF-H, criada em 14 de janeiro, dois dias após o tremor, envolveu pessoal e recursos das Forças Armadas dos Estados Unidos, incluindo a Força Aérea, o Exército, a Marinha e os Fuzileiros Navais. Entre os meios atribuídos à JTF-H, destacam-se navios como o porta-aviões de propulsão nuclear USS Carl Vinson, que foi o primeiro meio naval a ser enviado para a costa do Estado caribenho. O USS Carl Vinson atuou como base avançada para os suprimentos de emergência, a disponibilidade de meios aéreos para o abastecimento logístico e a estrutura médica a bordo (United States, 2010).

Podemos destacar, também, o navio-hospital USNS Comfort, com uma enorme capacidade de apoio de saúde, com cerca de mil leitos, além de alas para tratamento intensivo, possibilitou o atendimento de pessoas em estado grave, amenizando a falta de estrutura médica no Haiti naquele momento (United States, 2010).

A JTF-H também contou com navios da Guarda Costeira e meios do Bataan Amphibious Ready Group (BATARG) com uma MEU embarcada.

A BATARG era composta pelos USS Bataan, um Landing Helicopter Dock (LHD), USS Carter Hall, um Landing Ship Dock (LSD), USS Fort McHenry (LSD), USS Gunston Hall (LSD), por destacamentos do Esquadrão de Helicópteros de Combate Marítimo, do Esquadrão de Helicópteros Contramedida de Minas, do Esquadrão de Controle Aéreo-tático, por uma equipe médica, por uma Unidade de Embarcações de Assalto e pela 22ª MEU (Campbell, 2010).

A 22ª MEU estruturou-se em Elemento de Comando, Elemento de Combate Terrestre, Elemento de Combate Aéreo e Elemento de Combate Logístico<sup>9</sup> (Campbell, 2010). Cabe ressaltar que a 22ªMEU já atuava em território haitiano no dia 19 de janeiro, apenas quatro dias após a mobilização da ARG (United States, 2010).

### 3.3 TAREFAS REALIZADAS

A JTF-H realizou ações de distribuição de suprimentos emergenciais, de apoio às organizações humanitárias, de reestabelecimento de serviços essenciais que

---

<sup>9</sup> No original: Command Element (CE), Ground Combat Element (GCE), Aviation Combat Element (ACE), e Logistic Combat Element (LCE).

havia sido fortemente impactados pela catástrofe, e de patrulhamento e segurança, visando aliviar o sofrimento e a ajudar na recuperação das comunidades afetadas.

O único aeroporto do país, o aeroporto internacional de Toussaint Louverture, localizado na capital, teria papel importante para as ações de socorro e assistência às vítimas. Tal aeroporto encontrava-se com a torre de controle, a pista e o terminal seriamente danificados. Portanto, era imprescindível o reestabelecimento das operações aéreas tempestivamente. E para isso, militares norte-americanos assumiram o controle do aeroporto utilizando instalações de campanha, a fim de reiniciarem as atividades aéreas (United States, 2010).

As instalações portuárias também foram seriamente afetadas, o cais norte e o cais sul estavam inutilizáveis. A recuperação do porto era imprescindível para o aumento do fluxo de suprimentos de emergência, além de diminuir a demanda do aeroporto. Para tal, um Batalhão Móvel de Engenharia de Construção da Marinha foi incorporado a JTF-H e foi utilizado para realizar reparos, particularmente, no píer sul, além de reestabelecer temporariamente as atividades portuárias por meio do emprego de barcas contratadas (United States 2010).

O componente marítimo da JTF-H estabeleceu a logística baseada em navios, provendo o apoio aos demais componentes da JTF-H com suprimentos advindos diretamente dos navios no mar para a distribuição em terra, sem a utilização do porto e do aeroporto para seu apoio logístico. Segundo o Coronel James A. Vohr, U.S. Marine Corps:

O termo 'expedicionário' define a capacidade necessária para unidades de logística em apoio à Operação United Response ou qualquer outra operação humanitária. Operações no Iraque e no Afeganistão tendem a diminuir nossa capacidade expedicionária. Forças que se deslocam para essas operações geralmente se estabelecem em bases operacionais avançadas maduras com sistemas de sustentação já estabelecidos<sup>10</sup> (United States, 2011, p. 82, tradução nossa).

A 22ªMEU atuou na costa sul do país realizando a distribuição de suprimentos emergenciais em locais distantes dos centros de distribuição situado nas grandes cidades, como salientou o Tenente Stuart, integrante da 22ªMEU: “Algumas pessoas não podem vir buscar os suprimentos e outras não estão nas grandes cidades onde

---

<sup>10</sup> No original: “The term “expeditionary” defines the capability required for logistics units in support of Operation Unified Response or any other humanitarian operation. Operations in Iraq and Afghanistan tend to take the edge off our expeditionary capability. Forces deploying to these operations tend to fall in on mature forward operating bases with established sustainment systems.”

estão os centros de ajuda<sup>11</sup>” (Stuart, 2010, p.1 apud Campbell, 2010, tradução nossa). Isso foi possível devido à sua mobilidade e o uso do mar, uma vez que as vias de comunicação estavam sob o impacto do terremoto. Além da interação com membros do governo haitiano e de Organizações Não-Governamentais (ONG) que estavam no terreno e ajudaram na análise da situação e na escolha dos locais de distribuição (Campbell, 2010).

Algumas ONG que desenvolviam atividades humanitárias no país manifestaram à JTF-H e MINUSTAH preocupação com os crimes, particularmente, saques, uma vez que a penitenciária foi abalada pelo tremor e presos fugiram, gerando sensação de insegurança. Foram intensificadas as ações de patrulhamento, tanto da JTF-H como da MINUSTAH, o que contribuiu para que o receio das ONG com saques não se concretizasse (Silva Júnior, 2022). Cabe ressaltar ainda, a forma transparente e responsável com a qual a JTF-H lidou com os repórteres e os novos canais de comunicação como o facebook, comunicando as ações realizadas às pessoas de diferentes partes do mundo (United States, 2010).

A coordenação entre a JTF-H, a MINUSTAH, a United States Agency for International Development<sup>12</sup> (USAID), agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e ONG proporcionaram a distribuição de víveres a milhares de haitianos nas primeiras semanas da operação de forma ordenada, o que contribuiu para diminuir o sofrimento das pessoas atingidas pelo desastre (Campbell, 2010).

### 3.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Podemos destacar a pronta resposta dada pelo governo dos EUA ao desastre ocorrido no Haiti, e como o USMC, por meio da 22ªMEU em apenas quatro dias após o seu acionamento já se encontrava em solo haitiano atuando na operação. Mesmo com a infraestrutura de apoio bastante danificada, a capacidade de projetar poder dos EUA e a mobilidade dos meios da ARG permitiram que o 22ªMEU fosse utilizado no apoio de locais distantes dos grandes centros urbanos, não concentrando os esforços apenas na capital haitiana, contribuindo para o alívio do sofrimento da população fragilizada e para a manutenção da estabilidade de todo o país.

---

<sup>11</sup> No original: “Some people can't come and get it and some are not in the big cities where the aid centers are.”

<sup>12</sup> Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional (tradução nossa).

Notamos, pelo exposto nesse capítulo, que a ARG foi utilizada em uma Operação Anfíbia que, na doutrina norte-americana, pode ser enquadrada na modalidade de Engajamento Anfíbio e Reação a Crises, com ênfase em atividades benignas.

Por fim, notamos a importância da capacidade expedicionária aliada à permanência e à projeção de poder, características do conjugado anfíbio para um Estado que pretende influenciar seu entorno estratégico e como as atividades benignas, como a ocorrida no Haiti, pode trazer retorno extremamente benéfico a imagem do país que presta assistência, pois o evento foi amplamente divulgado pelas mídias.

## **4 “OPERAÇÃO ABRIGO PELO MAR” - O EMPREGO DA MARINHA EM SOCORRO ÀS VÍTIMAS DAS FORTES CHUVAS NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO– 2023**

Após realizarmos a análise do caso histórico de emprego expedicionário de militares dos EUA em resposta ao terremoto que atingiu o Haiti no ano de 2010. Passaremos a analisar nesse capítulo um caso de emprego da Marinha do Brasil em resposta ao desastre natural ocorrido no litoral norte de São Paulo em 2023. Abordaremos, nesse capítulo, o contexto da operação, a organização e os meios empregados, além das principais tarefas realizadas.

### **4.1 CONTEXTO DA OPERAÇÃO**

No fim de semana entre sábado, 18 de fevereiro, e domingo, 19 de fevereiro de 2023, o litoral norte do estado de São Paulo foi atingido por fortes chuvas, que representaram as maiores precipitações já registradas em um período de 24 horas na história do país até então. Essa informação é baseada em dados fornecidos pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) (Farias, 2023).

São Sebastião, a cidade mais afetada pelo temporal, registrou 64 mortes, além de casas destruídas e vias obstruídas. A Vila Sahi, localizada na costa sul da cidade, foi a área mais atingida, especialmente por deslizamentos de terra, resultando no maior número de vítimas e na destruição de várias moradias. Essas residências, em sua maioria simples e localizadas próximas à serra, foram severamente afetadas. Outras cidades da região como Ubatuba, Caraguatatuba, Guarujá e Bertioga também foram impactadas com as chuvas, e na cidade de Ubatuba também foi registrado um óbito (G1, 2023).

Como resposta a essa tragédia, a Marinha do Brasil mobilizou pessoal e meios para auxiliar a população na região, dando início à Operação Abrigo pelo Mar. Na manhã do dia 22 de fevereiro, o Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) “Atlântico”, capitânia da esquadra, iniciou seu deslocamento do Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, com destino ao porto de São Sebastião para atuar na região em situação de calamidade pública (Mendonça, 2023).

## 4.2 ORGANIZAÇÃO E MEIOS EMPREGADOS

O Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) “Atlântico” suspendeu, com um efetivo de mais de mil militares, dentre esses 180 Fuzileiros Navais e 70 profissionais de saúde (Mendonça, 2023). O navio foi de grande importância para a operação, conforme ressaltado pelo Contra-Almirante Marcelo Menezes Cardoso, comandante da 1ª Divisão da Esquadra e Comandante do Grupo-Tarefa da Operação Abrigo pelo Mar:

É importante ressaltar a importância estratégica do Navio-Aeródromo Multipropósito ‘Atlântico’, que, com as suas capacidades aéreas e de transporte de tropa, tem demonstrado ser essencial para apoio nessas missões de ajuda humanitária e remediação de desastres (Mendonça, 2023, p. 1).

Além do navio-capitânia e suas embarcações orgânicas<sup>13</sup>, a Embarcação de Desembarque de Carga Geral (EDCG) “Guarapari” também atuou no apoio à operação. A embarcação possui uma rampa capaz de atracar em praias para o resgate de vítimas em áreas isoladas ou projetar militares e viaturas em locais cujas vias terrestres estavam obstruídas (Brasil, 2023d).

A Marinha também mobilizou o Navio-Patrolha “Guajará”, responsável pelo transporte de 40 toneladas de suprimentos emergenciais para a região impactada, buscando minimizar o sofrimento da população. Cabe destacar ainda, o emprego de seis aeronaves em apoio à Operação (Brasil, 2023d).

Os Fuzileiros Navais envolvidos na Operação, compunham o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Apoio à Defesa Civil (GptOpFuzNav-DefCiv) que é a Força de Emprego Rápido (FER), em prontidão para possível emprego em apoio à defesa civil, conforme foi detalhado pelo Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval Gláucio Rodrigues Junior, comandante do segundo contingente do GptOpFuzNav-DefCiv:

Durante o verão, nos meses de maior concentração histórica de volume de chuvas, é feito um rodízio entre as unidades operativas da Força de Fuzileiros da Esquadra em que são escalados militares que ficam de prontidão para oferecer uma rápida resposta a esse tipo de ocorrência. Além disso, no Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais, todo o material necessário fica pré-armazenado em caminhões, prontos para utilização em apoio às tropas (Mendonça, 2023 p. 1).

---

<sup>13</sup> O Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) “Atlântico” opera com Embarcações de Desembarque de Viatura e Pessoal, com capacidade para embarque de 35 pessoas.

O GptOpFuzNav-DefCiv fica ativado entre dezembro e março e teve sua origem em 2011, em razão de um desastre similar a este, ocorrido na cidade de Nova Friburgo<sup>14</sup>, no estado do Rio de Janeiro (Mendonça, 2023).

Foram utilizadas pelo GptOpFuzNav-DefCiv na operação sete caminhões, quatro viaturas leves com tração quatro por quatro, duas ambulâncias, duas retroescavadeiras e uma pá carregadeira (Brasil, 2023d).

O GptOpFuzNav-DefCiv estava organizado em componentes. O Componente de Apoio de Serviço ao Combate desempenhou um papel fundamental na Operação, uma vez que as tarefas realizadas estavam diretamente relacionadas às atividades desse componente, basicamente logísticas (Brasil, 2023d).

O Componente de Comando coordenou as ações com os demais órgãos envolvidos na operação e fez a ligação com os escalões superiores. O Componente de Combate Aéreo coordenou o apoio das aeronaves ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais. O Componente de Combate Terrestre atuou na segurança e na proteção dos militares que executavam as tarefas de apoio à população e aos órgãos públicos.

Uma escola da região de Sahi foi utilizada como Base para a operação dos Componentes, o CASC recebia ressuprimento de material oriundo diretamente do navio na fase da operação em que esse estava atracado no caís do porto da cidade. Na segunda fase da operação, quando o navio ficou fundeado próximo à região do Sahi, o material oriundo do navio era transportado por intermédio de suas embarcações de desembarque orgânicas (Palma, 2024).

Os profissionais de saúde foram organizados em duas estruturas de elementos de Saúde: a Equipe de Pronto Emprego (EPE), a cargo da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), e outra estrutura a cargo da Unidade Médica Expedicionária da Marinha (UMEM). A UMEM é uma Organização Militar responsável pelo emprego do apoio de saúde nas operações e exercícios da FFE. Coube a EPE a operação de um Hospital de Campanha (H Cmp), enquanto a UMEM operou outro H Cmp (Marques, 2023).

A Diretoria de Saúde da Marinha conceitua Hospital de Campanha como uma unidade móvel de saúde, de caráter temporário, composta por estruturas modulares

---

<sup>14</sup> Apesar de não terem sido desencadeadas em região litorânea, as ações de resposta ao desastre, particularmente no município de Nova Friburgo, receberam apoio de um GptOpFuzNav da MB do tipo ElmAnf (Siva Júnior, 2022).

móveis, semimóveis ou fixas, do tipo barraca ou contêiner, rígidas ou mesmo híbridas, destinadas ao apoio de saúde em missões operativas, operações de paz, situações de desastres e de apoio humanitário. Ainda segundo a DSM o H Cmp deve possuir a infraestrutura necessária para a assistência emergencial e sua configuração deve estar de acordo com a natureza da missão atribuída (Brasil, 2022).

Além do mais, destacamos a criação de uma célula de comunicação estratégica<sup>15</sup>, composta por militares do Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) do Comando Naval de Operações Especiais e da FFE, que operou subordinada ao Comandante do Grupo-Tarefa. A ação realizada foi além da Comunicação Social, abrangendo ferramentas modernas como as cibernéticas e as Operações de Informações (OpInfo) (Araujo, 2024)

Assim, foram adicionadas às mensagens de Comunicação Social fornecidas pelo CCSM, destinadas aos públicos interno e externo, as ferramentas cibernéticas. Com isso, foram produzidos diversos itens como mensagens de áudio divulgadas à população por meio de carros de som, panfletos digitais disseminados nas redes sociais e materiais físicos utilizados em reuniões com líderes sociais locais. A campanha de Comunicação Estratégica sempre ocorreu mediante aprovação do Comandante do GT. (Araujo, 2024).

### 4.3 TAREFAS REALIZADAS

Visando desafogar as unidades públicas de saúde, os principais objetivos da Operação foram fornecer apoio de saúde à população atingida, por meio de dois Hospitais de Campanha. Um deles operou sob a coordenação da EPE, dentro do NAM “Atlântico”, que atracou no porto da cidade de São Sebastião. O outro H Cmp foi montado pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no bairro de Juquehy e ficou sob a responsabilidade da UMEM (Mendonça, 2023).

Observando orientações do Ministério da Defesa e do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, e em coordenação com autoridades do Governo Federal, Secretaria Estadual de Saúde, Defesa Civil do Estado e demais órgãos

---

<sup>15</sup> Comunicação Estratégica é arte de transmitir ideias, comunicar um conceito, um processo ou dados que satisfaçam um objetivo estratégico de longo prazo de uma organização, seguindo uma série de atividades coerentes e planejadas (Brasil, 2023g).

envolvidos, foram mapeadas as áreas onde seriam empregadas as equipes móveis de saúde e onde seriam empregados os militares do GptOpFuzNav (Brasil, 2023d).

Diariamente eram realizadas reuniões com as lideranças das diversas agências que atuaram na área, apesar de não haver subordinação entre elas, ficou evidente a vocação das Forças Armadas para assumir um papel conciliador ao atuar na organização dessas reuniões e na coordenação das ações subsequentes (Araujo, 2024).

Os Fuzileiros Navais atuaram em auxílio ao Corpo de Bombeiros na desobstrução de vias e na retirada de escombros, permitindo o acesso das equipes de resgate e a evacuação segura dos moradores, além do que atuaram na busca por pessoas soterradas, inclusive com o uso de cães (Brasil, 2023d).

Esse trabalho coordenado com o Corpo de Bombeiros otimizou esforços, uma vez que o GptOpFuzNav atuou na desobstrução das vias menores dentro dos bairros mais afetados, liberou o Corpo de Bombeiros e outros atores para atuarem nas grandes vias (Campos, 2024).

As equipes móveis de saúde, compostas por profissionais treinados, foram direcionadas para locais cujos acessos eram mais críticos, como abrigos temporários em escolas e áreas com maior concentração de vítimas. Essas equipes prestaram assistência médica, realizaram triagem e encaminharam os que necessitavam de tratamento para os hospitais de campanha (Marques, 2023).

Além das ações já descritas, destacou-se também a distribuição de suprimentos emergenciais às vítimas, particularmente, o apoio dado à aldeia Rio Silveira. Essa aldeia abrigava cerca de 500 indígenas e fica localizada no bairro Boracéia, na divisa dos municípios de São Sebastião e Bertioga, em área adjacente ao Parque Estadual da Serra do Mar (Marques, 2023).

As aeronaves embarcadas desempenharam um papel de destaque na resposta à tragédia. Além de efetuarem o reconhecimento das áreas atingidas, também realizaram o transporte de cargas, tropas e equipes técnicas, e o transporte de pessoas feridas para tratamento nos Hospitais de Campanha (Mendonça, 2023). Essas ações permitiram que fossem feitas melhorias no planejamento e na execução da operação, além de uma abordagem ágil e eficaz no atendimento às pessoas feridas que estavam em áreas isoladas.

No dia 27 de fevereiro, tendo em vista a necessidade de retomada das atividades do porto de São Sebastião e considerando a redução na demanda de

atendimento de saúde nessa região, o Navio Aeródromo Multipropósito “Atlântico” foi reposicionado nas proximidades das áreas mais atingidas. O Navio ficou fundeado próximo às localidades de Juquehy e Barra do Sahy, de onde proveu o apoio aos Fuzileiros Navais e às equipes de saúde projetados em terra (Brasil, 2023e).

A população da cidade demonstrou gratidão pelo trabalho realizado para o restabelecimento da situação da região, como ficou explicitado por Sérgio Ramos, morador de São Sebastião:

Nós tínhamos muitos desabrigados e desalojados e todos os donativos entregues, além da assistência médica, diminuiu muito as dificuldades que o povo estava enfrentando. Ficamos muito agradecidos com todo esse apoio (Mendonça, 2023 p. 1).

A Operação Abrigo pelo Mar, que durou aproximadamente 18 dias, pode ser considerada bem-sucedida, tanto pelos resultados obtidos em termos de assistência médica, psicológica e social; de apoio logístico e de serviços de engenharia, como também pela repercussão positiva junto à população local e à mídia (Brasil, 2023d).

#### 4.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Podemos observar que as características do Poder Naval, da mobilidade, e da permanência foram essenciais para o sucesso da operação, pois os meios foram prontamente deslocados do Rio de Janeiro para a Área de Operação, e permaneceram por mais de 18 dias na região (Brasil, 2023d). Cabe destacar também a prontidão do GptOpFuzNav, que logo após o acionamento já estavam preparados para o embarque.

Destacamos ainda, o importante e perene apoio prestado pelo navio aos militares que foram projetados em terra para o cumprimento de tarefas ligadas à contingência, característica de uma Operação Anfíbia da modalidade Projeção Anfíbia (Brasil, 2021a; Palma, 2024).

Em suma, o êxito obtido na Operação demonstra o elevado grau de profissionalismo, a integração de esforços dos militares dos diversos setores da Marinha do Brasil e dos meios componentes do conjugado anfíbio, e a boa coordenação junto aos demais órgãos municipais, estaduais e federais que atuavam na região.

## 5 COMPARAÇÃO ENTRE OS CASOS

Após analisarmos a Operação Unified Response, que foi a resposta dos EUA ao terremoto no Haiti em 2010, e a Operação Abrigo pelo Mar, a qual foi a resposta da Marinha do Brasil às consequências das chuvas no litoral norte de São Paulo em 2023, abordaremos neste capítulo as similaridades e singularidades dessas ações. Extrairemos algumas lições para a Marinha do Brasil e buscaremos identificar a modalidade de Operação Anfíbia empregada.

### 5.1 RESPOSTA A CONTINGÊNCIAS

A política oficial de relações exteriores dos EUA inclui a promoção do desenvolvimento e da infraestrutura no Haiti, bem como a prestação de assistência humanitária, destacando o compromisso significativo dos EUA em apoiar o Haiti em suas necessidades humanitárias e de desenvolvimento (United States, 2023) Portanto, o pedido de ajuda por parte do governo haitiano por ocasião do terremoto demandou pronta resposta das autoridades dos EUA e de seus militares.

A constituição da república federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu Artigo 21, inciso XVIII, como competência da União “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações” (Brasil, 1988, art.21, inc. XVIII). Nesse sentido, a Lei Complementar nº 97 de 1999, que dispõe sobre a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, estabelece como atribuição subsidiária das Forças: “[...]cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil[...]” (Brasil, 1999, cap.VI, art. 16).

A Proteção e Defesa Civis são definidas pelo decreto Federal nº 10.593 de 2020 como:

conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação destinadas a evitar ou minimizar os efeitos decorrentes de desastre; preservar o moral da população; e restabelecer a normalidade social e torná-la resiliente (Brasil, 2020b, capI, Art. 2. Inc. x).

Portanto, a Marinha do Brasil ao realizar a Operação Abrigo pelo Mar correspondia ao que está previsto na lei para a atuação em situações de calamidade em território nacional.

Em ambos os casos podemos observar a importância da prontidão dos militares, tanto dos EUA quanto do Brasil, a fim de responder de forma rápida a situações emergenciais cuja ação estão previstas em legislação ou política de Estado, como os ocorridos no Haiti em 2010 e no litoral norte de São Paulo em 2023.

Notamos, entretanto, no contexto da Operação Unified Response, que a operação de resposta ao desastre ocorreu fora do território dos EUA, Estado responsável pela ação para reduzir os efeitos do desastre, caracterizando a, portanto, como uma Operação de Ajuda Humanitária<sup>16</sup>(Brasil, 2017a), enquanto no contexto da Operação Abrigo pelo Mar, o emprego da força se deu no território nacional, em apoio ao próprio aparelho estatal de resposta à crise, caracterizando a, dessa forma, como uma Operação de Cooperação com a Defesa Civil<sup>17</sup>(Brasil, 2017a).

A Operação Unified Response e a Operação Abrigo pelo Mar demonstram que, independentemente de ser uma Operação de Ajuda Humanitária internacional ou de Cooperação com a Defesa Civil nacional, a eficácia na ação de resposta aos desastres depende da capacidade de mobilização rápida e eficiente das forças militares.

## 5.2 MEIOS EMPREGADOS

Nos dois casos analisados foram utilizados meios navais que ofereciam considerável capacidade de apoio, particularmente com meios aéreos. Destaca-se o porta-aviões de propulsão nuclear USS Carl Vinson, empregado no Haiti, e o Navio-Aeródromo Multipropósito “Atlântico” no apoio ao estado de São Paulo.

O NAM Atlântico possui modernos sensores e elevada capacidade de transporte e operação de aeronaves, além de embarcações de desembarque, extremamente úteis em situações de desastre, nos quais, por diversos motivos, as vias terrestres podem estar obstruídas ou parcialmente obstruídas, e pessoas podem estar isoladas e necessitando de auxílio emergencial, como no caso estudado (Itagyba, 2022).

---

<sup>16</sup> A operação humanitária é aquela realizada em outros países, em ambiente operacional predominantemente permissivo, para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social (Brasil, 2017a).

<sup>17</sup> Cabe às FA, como atribuição subsidiária geral, cooperar com a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República, conforme disciplina o artigo 16 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Brasil, 1999).

Importante ressaltar, também, o emprego do USMC, através da 22ª MEU, no Haiti, e do GptOpFuzNav-DefCiv da FFE, no litoral norte de São Paulo. Esses exemplos evidenciam a importância da prontidão dos Fuzileiros Navais em ambos os casos, nos quais rapidamente os militares embarcaram e se deslocaram para a área atingida.

Ao compararmos as operações notamos significativa diferença no número e no valor dos meios empregados, em razão da maior capacidade da Marinha dos EUA e das características das necessidades locais, somadas às características específicas de cada operação.

No entanto, é necessário enfatizar a importância de se manter a disponibilidade de nossos meios, pois situações em que a força é demandada a fim de restabelecer a normalidade após o efeito de um desastre tem sido cada vez mais frequente. Como exemplo recente, desde maio deste ano, a Marinha do Brasil foi demandada para atuar no estado do Rio Grande do Sul, compondo a Operação “Abrigo pelo Mar-RS”, braço do Comando Operacional Conjunto “Taquari II”, do Ministério da Defesa, em decorrência de uma enchente de grande proporção, que impactou mais de 400 municípios do estado (Brasil, 2024).

Nos dois casos a utilização do conjugado anfíbio com projeção de meios logo após a ocorrência do desastre foi primordial para o apoio à população vitimada.

### 5.3 O DESAFIO LOGÍSTICO

Uma das características das Operações de Ajuda Humanitária e de Apoio à Defesa Civil é o grande destaque da logística. Em geral, uma organização logística robusta e de rápida implementação é necessária para satisfazer as expectativas e as necessidades da população em um contexto de desastre (United States, 2011).

Nos casos estudados nesta dissertação essa característica se confirmou. O grande esforço logístico implementado pelos EUA no Haiti foi essencial, conforme expressado pelo Coronel James A. Vohr, U.S. Marine Corps: “A tarefa essencial que definiu o sucesso foi a rápida distribuição de apoio ao povo haitiano<sup>18</sup>” (United States, 2011, p.1, tradução nossa). Assim como na operação realizada pela MB em São

---

<sup>18</sup> No original: “The essential task that defined success was the rapid distribution of sustinment to the Haitian people.”

Sebastião, onde o principal foco foi o apoio logístico, particularmente na função logística de saúde, como detalhado pelo então Comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra, Vice-Almirante Fuzileiro Naval Renato Rangel Ferreira:

Essa modularidade de poder manter uma parte do Grupamento Operativo operando a bordo do NAM 'Atlântico' e, ao mesmo tempo, projetar metade do Hospital de Campanha para operar a partir de terra foi a ênfase da organização da operação 'Abrigo pelo Mar', pois foi o que se mostrou necessário (Marques, 2023 p.1)

Importante salientar, a diferença na duração das duas operações. Enquanto a Operação Abrigo pelo Mar foi focada em resposta imediata e de curto prazo, com duração aproximada de 18 dias, a Operação Unified Response foi um pouco mais prolongada, com militares dos EUA atuando no Haiti de janeiro até junho de 2010, quando a operação foi oficialmente encerrada (Cecchine et al, 2013).

A operação United Response nos alerta sobre a necessidade de estarmos preparados para ações de maior duração, que demandará maior capacidade logística para a sustentação dos meios na área de operações e necessidade de rodízio do pessoal empregado na operação, particularmente, o pessoal especializado, como médicos, motoristas de viaturas especiais, adestradores de cães de guerra, entre outros (Brasil, 2020c).

#### 5.4 A RELAÇÃO COM A MÍDIA

Tanto na operação realizada no Haiti, quanto na operação realizada em São Sebastião houve ampla divulgação pela mídia dos desastres ocorridos, novos canais de comunicação como o facebook também foram amplamente utilizados. Notamos a preocupação dos militares com esse aspecto. Especialmente na Operação Abrigo pelo Mar, onde uma célula de Comunicação Estratégica foi mobilizada para divulgar as ações desenvolvidas pela Marinha do Brasil na região, fortalecendo a imagem positiva da Força na sociedade (Araujo, 2024).

Um dos desafios enfrentados em operações desse tipo é a grande demanda por informação, em geral devido à grande comoção nacional ou internacional causada pela calamidade, e a transformação na forma pela qual as informações são transmitidas por meio das mídias sociais, cuja velocidade aumentou

consideravelmente. Diante disso, a célula de comunicação estratégica criada na Operação Abrigo pelo Mar, oportunamente emitia as informações relativas ao desenvolvimento das ações da Força com transparência e responsabilidade, evitando que boatos ou informações incorretas pudessem causar danos ao trabalho desenvolvido ao mesmo tempo em que fortalecia a imagem positiva da Força na sociedade (Araujo, 2024).

## 5.5 A INTERAÇÃO COM OUTRAS AGÊNCIAS

Outro aspecto comum dessas operações foi a relação entre os militares que compunham o GptOpFuzNav e a MEU com integrantes de outros órgãos, sejam eles governamentais, não governamentais e até mesmo de outros países, especificamente no caso da operação United Response (United States, 2010). O Haiti mesmo antes do terremoto já contava com diversas ONG em seu território, onde já atuava também a missão de paz da ONU no país (MINUSTAH).

Após o tremor intensificou-se a ação dos órgãos da ONU e de ONG, o que fez com que os militares norte-americanos interagissem tanto com a MINUSTAH, que ficou responsável por prover a segurança necessária, liberando a JTF-H para focar nas ações humanitárias, quanto com médicos civis pertencentes as ONG que reforçaram o apoio de saúde à população (Cecchine et al, 2013).

Por ocasião das fortes chuvas no litoral norte de São Paulo atuaram na região: a Defesa Civil federal, estadual e municipal, o Exército Brasileiro, por meio da 2ª Divisão de Exército, a Força Aérea Brasileira, a Polícia Militar do estado de São Paulo, o Corpo de Bombeiros do estado de São Paulo, entre outros órgãos e agências (Brasil, 2023a; Campos, 2024). Foram realizadas reuniões diárias buscando coordenar apoios e ações de forma que as atividades de todos fossem sinérgicas e eficientes (Araujo, 2024).

Podemos notar que, em Operações de Ajuda Humanitária e de Cooperação com a Defesa Civil, a interação das Forças Armadas com outras agências com o propósito de conciliar interesses e coordenar esforços é muito provável, e pode trazer inúmeros benefícios, como no Haiti onde as agências já estabelecidas no terreno contribuíram com informações e auxiliaram nas tarefas de segurança e socorro à população, bem como no caso de São Paulo, no qual Fuzileiros Navais e o Corpo de

Bombeiros trabalharam lado a lado. Poderíamos citar mais exemplos, mas os já apresentados demonstram a importância da colaboração e da unidade de esforços nessas situações (Brasil, 2017b).

Destacamos também, a necessidade de adestramentos regulares de Operações Interagências<sup>19</sup>.

O Ministério da Defesa e a Marinha do Brasil já demonstram preocupação com isso, como exemplo, podemos citar o 1º Exercício Binacional Integração (1ºEBI)<sup>20</sup>, ocorrido em 2023, na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, e a Operação Furnas I/2023<sup>21</sup>, no sul do estado de Minas Gerais, ambas no contexto do apoio das Forças Armadas às ações de Proteção e Defesa Civil e de Ajuda Humanitária, mostrando a preocupação do Ministério da Defesa e da Marinha do Brasil para que em casos de contingências, as técnicas, táticas e os procedimentos de cada agência já seja do conhecimento das demais, bem como o sistema de comando e controle (Brasil, 2023c; 2023f).

## 5.6 CONCLUSÃO PARCIAL

Face a todos os aspectos expostos neste capítulo, podemos concluir que as Operações de Ajuda Humanitária, assim como as Operações de Cooperação com a Defesa Civil, estão previstas em políticas de Estado, como no caso da Operação Unified Response, ou em legislação nacional, como no caso da Operação Abrigo pelo Mar, por conseguinte, as Forças Armadas devem estar preparadas, pois, quando demandadas pelo poder político devem atuar prontamente.

Para mais, essas operações nos impõem desafios comuns, como a necessidade de um apoio logístico robusto, não apenas para as tropas, mas principalmente para a população afetada. Citamos ainda, a inevitável relação com a

---

<sup>19</sup> Interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (Brasil, 2015).

<sup>20</sup> O exercício foi uma iniciativa do Ministério da Defesa em conjunto com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e contou com a participação das Forças Armadas do Brasil, Exército Argentino e instituições de Segurança Pública, federais, estaduais e municipais. Além disso, a Junta Interamericana de Defesa foi representada por um militar do Peru (Brasil, 2023f).

<sup>21</sup> O exercício teve o propósito de possibilitar o treinamento de unidades da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) e da Força Aeronaval em Operações Ribeirinhas, de Paz e Interagências em coordenação com o estado de Minas Gerais e outros órgãos (Brasil, 2023c).

mídia, que por certo estará presente na área da calamidade e demandará do comando atenção especial a fim de transmitir a mensagem da Força e evitar a disseminação de boatos.

Adicionalmente, é importante destacar que essas operações geralmente ocorrem em um ambiente interagências. Portanto, exercícios como o 1ºEBI e a Operação Furnas I/2023 são essenciais. Recentemente, o Rio Grande do Sul sofreu com a consequência de fortes chuvas, e novamente as Forças Armadas e diversas agências interagiram no esforço de recuperação do estado.

Notamos ainda que, a necessidade de adestramento engloba todos os níveis hierárquicos, desde a oficialidade, que participa das reuniões de coordenação com os demais atores, até os militares que atuarão diretamente em contato com as vítimas e com os integrantes das demais agências, e que por vezes recebem solicitações na cena de ação (Campos, 2024).

Por fim, a utilização das capacidades do conjugado anfíbio, com a projeção de meios a partir do mar para cumprir tarefas de socorro assistencial e recuperativo, seja em apoio a um Estado em crise, como no caso do Haiti, seja em cooperação com a Defesa Civil, além da relação de dependência, principalmente logística entre os meios projetados e os navios, caracterizam ambos os casos como Operação Anfíbia na modalidade de Projeção Anfíbia.

## 6 CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas no sistema internacional com o fim da bipolaridade quando a percepção das ameaças era clara e havia uma premente necessidade de se construir um Poder Naval forte, dando lugar ao surgimento de crises que variavam tanto em intensidade quanto em localização provocaram a modernização das OpAnf, tanto no Brasil como nos EUA (Ferreira, 2014, Gavião, 2010).

Ambos tiveram seu desenvolvimento doutrinário, alicerçado na característica do Poder Naval de versatilidade, buscando ampliar suas possibilidades de emprego, adicionando uma modalidade, a Projeção Anfíbia, no Brasil, e o Engajamento Anfíbio e Reação a Crises, nos EUA, com conceitos similares (Ferreira, 2014).

A Projeção Anfíbia permite ao Poder Naval projetar poder, em todo o amplo espectro das operações militares, muitas vezes em situações pouco bélicas e em ambientes permissivos (Brasil, 2021a).

A Operação Unified Response foi caracterizada pela pronta resposta dada pelo governo dos EUA ao desastre ocorrido no Haiti, e como o USMC, por meio da 22ªMEU em apenas quatro dias após seu acionamento já se encontrava em solo haitiano atuando na operação. Ao passo que, na Operação Abrigo pelo Mar, foi o emprego da Marinha do Brasil por meio de um conjugado anfíbio que deu resposta ao desastre natural ocorrido no litoral norte de São Paulo em 2023.

Ambas as operações compartilharam algumas características comuns, como o ambiente interagências, a interação com a mídia e os novos meios de comunicação, o desafio da logística em ambiente pós desastre, porém destacamos como a principal característica comum, a utilização das capacidades do conjugado anfíbio, com a projeção de pessoal e material, a partir do mar, para cumprir tarefas de socorro assistencial e recuperativo, seja em apoio a um Estado em crise, como no caso do Haiti, seja em cooperação com a Defesa Civil, no caso nacional, além da relação de dependência, principalmente logística entre os meios projetados e os navios.

Diante do exposto, podemos concluir que encontramos a resposta à pergunta levantada ao início da dissertação: “A Operação Unified Response e a Operação Abrigo pelo Mar podem ser consideradas como Operações Anfíbias e ambas podem ser classificadas como Projeção Anfíbia?”

A resposta é que sim. A relação de dependência, principalmente logística entre os meios projetados e os navios, em adição à utilização das capacidades do

conjugado anfíbio, com a projeção de pessoal e material, a partir do mar, para cumprir tarefas de socorro assistencial e recuperativo, atividades benígnas, é próprio de uma Projeção Anfíbia. Essa modalidade de OpAnf pode ser uma excelente ferramenta do Estado para respostas a crises, tanto em ambiente nacional como no entorno estratégico, como ficou demonstrado nesse trabalho.

Tal ferramenta tende a ser cada vez mais utilizada, uma vez que os desastres naturais são frequentes. Uma evidência disso é que em maio do corrente ano a MB foi novamente demandada para apoiar os demais órgãos do governo e dar assistência à vítima das fortes chuvas que atingiram o estado do Rio Grande do Sul e para isso o conjugado anfíbio foi novamente empregado (Brasil, 2024).

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **IBGE atualiza municípios de fronteira e de frente ao mar.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-de-frente-ao-mar>. 06 jul. 2021. Acesso em 24 de jun. 2024.
- ARAUJO, Ricardo Parreiras de Bragança Oneto. **As Operações Descentralizadas no USMC e aproximações à realidade do CFN.** Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, n. 52, p. 47-51, 2021.
- ARAUJO, Ricardo Parreiras de Bragança Oneto. **Entrevista com integrante da célula de Comunicação Estratégica da Operação Abrigo pelo Mar.** Rio de Janeiro, 03 jul. 2024. Apêndice A.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-0-1: **Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.** 1. ed. Rio de Janeiro, 2020a.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-1-1: **Manual de Operações da Força de Desembarque.** 1. ed. Rio de Janeiro, 2021a.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Roma Victor, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 79.376, de 11 de março de 1977.** dispõe sobre a denúncia do Acordo de Assistência Militar celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79376-11-marco-1977-428428-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24 jun. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.593-de-24-de-dezembro-de-2020-296427343>. 24dez 2020b. Acesso em 18jun. 2024.
- BRASIL. Exército Brasileiro. 2ª Divisão de Exército. **Operação São Sebastião,** 10 mar. 2023a. Disponível em: <https://2de.eb.mil.br/index.php/operacao-sao-sebastiao#:~:text=Durante%2019%20dias%2C%20tropas%20da,19%20de%20fevereiro%20de%202023.mar 2023a> Acesso em 18 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999:** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm). Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. Agência Marinha de notícias. **Marinha envia reforços do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul**, 07 mai. 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/cuidando-da-nossa-gente/marinha-envia-reforc-os-do-rio-de-janeiro-para-o-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Saúde da Marinha. DSM-4003. **Manual para ativação e operação do Hospital de Campanha**. Rio de Janeiro, RJ, 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. EMA 301: **Fundamentos Doutrinários da Marinha**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2023b.

BRASIL. Marinha do Brasil. EMA 305: **Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2017a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Força de Fuzileiros da Esquadra. **A Força de Fuzileiros da Esquadra realiza a maior operação militar de Minas Gerais - Operação Furnas I/2023**, mai. 2023c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comffe/content/for%C3%A7a-de-fuzileiros-da-esquadra-realiza-maior-opera%C3%A7%C3%A3o-militar-de-minas-gerais-opera%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 19 jun. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Operação “Abrigo pelo Mar” Marinha apoia com Hospital de campanha litoral norte de SP**. Nomar, ed.953 . Brasília, DF, 2023d.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha – PEM 2040**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2020c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Press release2 Operação Abrigo pelo mar**. fev. 2023e. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/press\\_release\\_2\\_-\\_operacao\\_abrigo\\_pelo\\_mar.pdf](https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/press_release_2_-_operacao_abrigo_pelo_mar.pdf). Acesso em 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Militar do Sul. **CMS Sedia o 1º Exercício Binacional Integração**. dez. 2023f. Disponível em: <https://cms.eb.mil.br/index.php/noticias/tem-inicio-o-1-exercicio-binacional-integracao-no-comando-militar-do-sul>. Acesso em 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de educação e cultura do Exército. EB60-CE-11.001. **Caderno de Ensino Comunicação Estratégica**. Brasília: Ministério da Defesa, 2023g.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-02. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. 4ª ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2021b.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-12. **Operações Interagências**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2017b.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020d. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_1.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

CAMPANY, Luiggi. **Que Competências Individuais deve possuir um Fuzileiro Naval do III milênio?** Revista O Anfíbio. V.37 . Rio de Janeiro, p. 52-61, 2019.

CAMPBELL, Wayne. Marine Corps. **22ND MEU DELIVERS AID TO HAITI'S SOUTHERN COAST**. jan. 2010. Disponível em: <https://www.22ndmeu.marines.mil/News/Article-View/Article/510274/22nd-meu-delivers-aid-to-haitis-southern-coast/#:~:text=Marines%20and%20sailors%20from%20the%2022nd%20MEU%20set,deployed%20in%20support%20of%20relief%20operations%20in%20Haiti>. Acesso em 15 jun. 2024.

CAMPOS, Renan Rodrigues Alves. **Entrevista com o Oficial de Operações do Componente de Comando da Operação Abrigo pelo Mar**. Rio de Janeiro. 03 jul. 2024. Apêndice B.

CECCHINE, Gary; MORGAN, Forrest E.; WERMUTH, Michael A.; JACKSON, Timothy; SCHAEFER, Agnes Gereben; STAFFORD, Matthew. **The U.S. Military Response to the 2010 Haiti Earthquake: considerations for Army leaders**. Santa Monica: RAND Corporation, 2013. Disponível em: [https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RR304.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR304.html). Acesso em: 18 jun. 2024.

DAVIS Clifford. America's Navy. **Navy's Humanitarian Operations Highlighted in New-NHHC** Publication. dez 2023. Disponível em: <https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/Article/3611378/navys-humanitarian-operations-highlighted-in-new-nhhc-publication/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DEFESA CIVIL DE SÃO SEBASTIÃO. Boletim. **Defesa Civil de São Sebastião alerta para forte chuva entre a terça (21) e sexta-feira (24) – (21.02.2023, às 14h30)**, 21 fev 2023. Disponível em: <https://www.saosebastiao.sp.gov.br/noticia.asp?id=N212202314357>. Acesso em 18 jun. 2024.

FARIAS, Victor. G1. **Chuva que caiu em 24 horas no Litoral Norte foi o maior registro da história do Brasil**. 20 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/02/20/chuva-que-caiu-em-24-horas-no-litoral-norte-foi-o-maior-registro-da-historia-diz-governo-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 15 jun. 2024.

FERREIRA, Renato Rangel. **Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul**. Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, n. 45, p. 09-15, 2014.

GAVIÃO, Luiz Octávio. **As Operações Anfíbias no Século XXI**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, Jan/Mar. 2010. p. 155-179.

G1, Vale do Paraíba e Região. **Temporal devastador no Litoral Norte de SP completa um mês: confira um resumo da tragédia**. mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/03/19/temporal-devastador-no-litoral-norte-de-sp-completa-um-mes-confira-um-resumo-da-tragedia.ghtml>. Acesso em 15 jun. 2024.

ITAGYBA, Laís Dornelas de Araújo. Agência Marinha de Notícias. **Navio-Aeródromo Multipropósito “Atlântico”, o capitânia Da Esquadra brasileira: um navio grande em dimensões e capacidades operativas**, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/navio-aerodromo-multiproposito-atlantico-o-capitania-da-esquadra-brasileira>. Acesso em: 18 jul. 2024.

JIMENEZ, Sérgio. Marine Corps. **11<sup>th</sup> Meu Soc-successfully completes Humanitarian Mission**. dez. 2007. Disponível em: <https://www.11thmeu.marines.mil/News/News-Article-Display/Article/533491/11th-meu-soc-successfully-completes-humanitarian-mission/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MARQUES, Camila; MENDONÇA, Vanessa. Agência Marinha de Notícias. **Operação “Abrigo pelo Mar”: Marinha intensifica trabalho de assistência à população**. 26 fev. 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/operacao-abrigo-pelo-mar-marinha-intensifica-trabalho-de-assistencia-populacao>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MENDONÇA, Vanessa. Agência Marinha de Notícias. **Operação “Abrigo pelo Mar” reafirma a capacidade da Marinha de atuar em situações de calamidade pública**. mar 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/operacao-abrigo-pelo-mar-reafirma-capacidade-da-marinha-de-atuar-em-situacoes-de>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MONTEIRO, A.; D. **A próxima singradura**. Revista O Anfíbio. Ano XXIX – Edição extra. Rio de Janeiro. 2010.

PALMA, Luiz Felipe Bassetto de. **Entrevista com o Ajudante de Logística do Componente de Comando da Operação Abrigo pelo Mar**. Rio de Janeiro. 03 jul. 2024. Apêndice C.

SILVA, José Luiz Corrêa da. **Tropa Anfíbia e Expedicionária**. Revista O Anfíbio. V.32. Rio de Janeiro. 2014.

SILVA JÚNIOR, Leonel Mariano da. **O Emprego do Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil na resposta a desastres e ações humanitárias**. Escola de Guerra Naval, Marinha do Brasil. Rio de Janeiro, p. 117-120, 2021.

SILVA JÚNIOR, Leonel Mariano da. **O Grupamento operativo de Fuzileiros Navais na Assistência Humanitária**. Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, n. 53, p. 22-30, 2022.

UNITED STATES. Army Combined Arms Center. Military Review. **Foreign Disaster Response: Joint Task Force-Haiti Observations**, nov. 2010. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/January-February-2022/Keen-JTF-Haiti-2010/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNITED STATES. Army Combined Arms Center. Military Review. **Haiti Disaster Relief: Logistic is the Operation**, jul. 2011. Disponível em: [https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview\\_20110831\\_art013.pdf](https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20110831_art013.pdf). Acesso em: 15 jun. 2024.

UNITED STATES. US State, department of. **US relations with Haiti**, jan. 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-relations-with-haiti/>. Acesso em 15 jun. 2024

UNITED STATES. Publication JP 3-02, **Join Doctrine for Amphibious Operations**. Washington, D.C., 2009.

UNITED STATES. Publication JP 3-02, **Join Doctrine for Amphibious Operations**. Washington, D.C., 2014.

UNITED STATES. Publication JP 3-02, **Join Doctrine for Amphibious Operations**. Washington, D.C., 2021.

**APÊNDICE A- Entrevista com o CMG (FN) Ricardo Parreiras de Bragança Oneto Araujo, integrante da célula de comunicação estratégica da Operação Abrigo pelo Mar**

1. Como foi a atuação do senhor durante a Operação Abrigo pelo Mar?

Resposta: Fui designado como Oficial de Comunicação Estratégica do Estado-Maior do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra, atuando junto ao Comando da 1ª Divisão da Esquadra. Trabalhei juntamente com Oficiais do CCSM e do Comando Naval de Operações Especiais em uma célula de Comunicação Estratégica, que estava diretamente subordinada ao Contra-Almirante Marcelo Menezes Cardoso, comandante do Grupo-Tarefa da Operação “Abrigo pelo Mar”.

2. Como foi o relacionamento da Marinha do Brasil com os demais órgãos e agências que atuaram na resposta ao desastre?

Resposta: A comunicação com os órgãos participantes foi muito boa. Apesar de não haver subordinação entre as Forças Armadas e os demais órgãos e agências participantes, durante as reuniões de coordenação, que ocorriam diariamente foi notória a liderança natural dos militares na organização e condução das reuniões e ações subsequentes. As ações de Comunicação Estratégica foram individualizadas pelas Forças, mas complementares e não concorrentes.

3. Como foi o relacionamento da Marinha do Brasil com a mídia na resposta ao desastre?

Resposta: O relacionamento com a mídia foi muito bom. Foram divulgadas as ações desenvolvidas pela Marinha do Brasil na região, fortalecendo a imagem positiva da Força na sociedade.

4. O Sr. possui alguma outra consideração sobre a atuação de Comunicação Estratégica?

O conceito de Comunicação Estratégica é relativamente recente e vem-se buscando construir sua definição. De maneira geral, a doutrina dos principais países contempla que é algo que vai muito além da Comunicação Social, incluindo ferramentas atuais como as cibernéticas e Operações de Informações (OpInfo). Assim, de maneira embrionária, passamos a realmente considerar esse conceito mais amplo, somando à Comunicação Social provida pelo CCSM (com mensagens destinadas aos públicos interno e externo), ferramentas cibernéticas e informacionais.

Com o apoio do Comando Naval de Operações Especiais, recebemos uma célula de Operações de Informações que planejou e executou sua campanha de OpInfo e foi capaz de entregar produtos como: mensagens de áudio disseminadas à população por meio de carros de som, panfletos digitais disseminados por disparo nas redes sociais e físicos utilizados em reuniões com lideranças sociais locais.

A campanha de Comunicação Estratégica como um todo ocorreu sempre mediante submissão ao Comandante do GT

**APÊNDICE B- Entrevista com o CC (FN) Renan Rodrigues Alves Campos, Oficial de Operações do Componente de Comando da Operação Abrigo pelo Mar**

1. Quais foram as agências e órgão presentes na área de Operação?

Resposta: Estavam presentes todas as secretarias do governo do estado de São Paulo, além das secretarias da Prefeitura de São Sebastião. As Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal. Representantes do Ministério da Defesa; do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Também estavam presentes a Polícia civil-SP; Polícia Militar-SP; Corpo de Bombeiros Militares-SP. Algumas ONG também se fizeram presentes.

2. Como foi o relacionamento com esses órgãos?

Resposta: O Relacionamento com os órgãos foi de forma geral muito amistoso. Contudo, certa perspectiva precisa ser colocada nessa relação. Ao se relacionar com outras Forças Armadas, o que também foi o caso em São Sebastião, com o Exército em maior medida e com a Força Aérea, tivemos facilidade em conversar e tínhamos expectativas de apoio mútuo muito similares, pois já temos conhecimento prévio de equipamentos, táticas e muitas vezes, até a proximidade pessoal, por já conhecer o outro militar por já ter feito outras missões e cursos juntos. No caso das agências de segurança do Estado, órgãos públicos em geral e Organizações Não-Governamentais, todos foram muito receptivos. Contudo, as expectativas de apoio eram distintas. Eles não conheciam nossas capacidades e nosso método de trabalho. De forma geral, o relacionamento foi bom. Mas a título de lição aprendida, é necessário que logo no início dos trabalhos seja feita um nivelamento de capacidades para que todos os envolvidos saibam nosso ciclo decisório e meios disponíveis, para que as expectativas possam ser administradas. Essa prática ajuda também nossa parte de entender como essas agências e instituições podem ajudar a compor o esforço de ajuda.

Exemplo disso foi a própria ação do CFN em coordenação com os bombeiros durante a operação no aspecto que envolveu a desobstrução de vias. Como o

Estado de São Paulo e sua Defesa Civil, possui grande capacidade de mobilização e poder econômico, com grande quantidade de equipamentos e caminhões para desobstruir grandes vias, não fazia muito sentido a atuação dos meios de engenharia do CFN, que eram menores. Soma-se a isso a atuação das concessionárias, que contrataram muitas escavadeiras, tratores e caminhões basculantes, pois elas queriam acelerar a desobstrução das principais vias “pedagiadas”.

Nesse contexto, a atuação dos meios do CFN não contribuía para as principais vias, contudo, foi primordial na desobstrução das vias menores dentro dos bairros mais afetados. Essa distribuição de esforços foi de suma importância para evitar trabalho repetitivo e meios ociosos.

Outro aspecto a ser observado, foi a maneira como criamos e estabelecemos as demandas com essas agências. Quanto menor for a agência, mais informal será esse pedido, e nem sempre seguindo a cadeia de comando. Muitos militares são abordados nas ruas e solicitações menores são feitas. Muitas vezes isso recai no nível dos comandantes de pelotão e de Grupo de Combate. Esses militares precisam estar instruídos para anotar e repassar os pedidos, tranquilizar a agência de que tentaremos contribuir e que a solicitação será levada para o escalão superior. Esse militar precisa já, nesse momento, dar uma justificativa explicando o esforço principal no qual a fração está engajada para que a agência não se sinta desamparada.

Esse ponto é muito relevante, pois os benefícios de ter uma relação próxima e positiva com essas agências são muitos: a capilaridade delas; a possibilidade de conquistar uma mídia positiva a partir das plataformas deles; a possibilidade de colher informações úteis para operações futuras. Entretanto, essas agências menores são muito baseadas nas impressões do profissional que está fazendo esse contato. Por não possuir muitos funcionários ou voluntários, qualquer coisa que abale essa relação, caso a agência se sinta desamparada ou ignorada, dificultará uma reaproximação.

Em suma, precisamos aprender, principalmente, a flexibilizar certos conceitos, particularmente na velocidade do nosso ciclo decisório, quando estamos atuando com essas agências e órgãos.

**APÊNDICE C- Entrevista com o CT (FN) Luís Felipe Bassetto de Palma, Ajudante de Logística do Componente de Comando do GptOpFuzNav**

1. Quais meios foram embarcados para a Operação?

Resposta: Embarcamos viaturas pesadas de transporte de pessoal, cisterna de água, cisterna de combustível. Além de meios de engenharia, retroescavadeira, pá carregadeira, e caminhão basculante.

2. Como se deu a logística durante a operação?

Resposta: A logística se deu por fases. Em uma primeira fase o NAM “Atlântico” estava atracado no porto, situado no centro da cidade. Nessa fase a distância percorrida pelas viaturas para a realização do apoio era alta, as estradas haviam sido afetadas em decorrência das chuvas. Além disso, os meios de engenharia foram transportados com apoio de carretas de outros órgãos atuantes na região.

Na segunda fase, o navio fundeou próximo à região mais afetada, o que diminuiu a distância a ser percorrida para a realização do apoio. Entretanto, nessa fase todo material vinha do navio por meio de embarcações de desembarque, uma vez que o navio estava fundeado no mar.